



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

Processo nº **11732/2018**
Responsável **WILLIAN DE SOUZA MARQUES – CPF nº 005.959.441-16**
Entidade **Câmara Municipal de Palmeirópolis - TO**
Relator **Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho**

Relatório Técnico nº 66/2018

1. Trata-se do resultado da fiscalização realizada no âmbito da Quarta Diretoria de Controle Externo acerca do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Palmeirópolis - TO. A fiscalização efetuada evidencia o descumprimento de artigos da Lei Complementar nº 131/2009, Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Federal nº 7.185/2010 no que se refere à implementação do Portal da Transparência e acesso à informação, ensejando a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nos termos do artigo 73-A da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela LC 131/2009.

2. Nos termos do mencionado artigo compete aos Tribunais de Contas receber e apurar as denúncias relativas ao cumprimento da Lei da Transparência. Ademais, os fatos apurados são atribuídos a administradores ou responsáveis sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

3. O trabalho seguiu os critérios adotados em checklist padrão discutido em reuniões técnicas de trabalho conjunto entre este Tribunal de Contas do Estado, a Controladoria Geral da União, a Controladoria Geral do Estado e Ministério Público Estadual, e grupo FOCCO/TO – Fórum de Combate a Corrupção. O checklist (anexo) é uma lista em que estão contidos todos os itens que devem ser verificados com vistas ao cumprimento da Lei da Transparência e Lei de Acesso a Informação, amplamente divulgado pela CGE aos Municípios do Estado.

4. Não obstante a abrangência do checklist padrão, nesta primeira etapa de fiscalização o escopo da análise limita-se a aspectos em que há possibilidade de fiscalização remota, portanto não adentrando em exames mais aprofundados sobre qualidade de algumas informações e dos sistemas integrados de administração financeira e controle, dentre outros que podem ser efetuados em outra etapa de fiscalização a cargo deste Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

5. Os achados mais relevantes que representam violação à legislação específica estão a seguir sintetizadas, ressalta-se que as evidencias estão apresentadas na forma de figuras, que foram capturadas no momento da Fiscalização e estão apresentadas no final deste Relatório:

- a) **Item 1.1 Não atende.** As despesas não estão sendo lançadas em tempo real, a última despesa lançada está datada de 31/10/2018. Descumprindo a LRF (art. 48, II e 48-A, inc. I); e o Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II). (Ver figuras 01 e 02);
- b) **Item 2.1 Não atende.** As receitas não estão sendo lançadas em tempo real a última transferência recebida e lançada data de 19/10//2018. Contrariando a LRF (art. 48-A, inc. II) e o Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II) (Ver figuras 03 e 04);
- c) **Item 3.1 a). Não atende.** Nenhuma prestação de contas, acompanhada dos balanços está lançada. Contrariando o art. 48 da LRF. (Ver figura 05);
- d) **Item 3.1 b). Não atende,** não constam os demonstrativos do RGF como exigido. Contrariando o art. 48 da LRF. (Ver figura 06);
- e) **Item 4.1 b). Não atende.** Não há publicação com relação mensal das compras, contrariando a Lei 8.666/93 (Art. 16) (Ver figura 09);

6. Além das irregularidades mencionadas, apura-se ainda que:

- 1. **Item 5.1 e). Não atende.** Não constam dados divulgados sobre acompanhamentos de programas, ações, projetos e obras de órgãos ou entidades. Descumprindo assim a CF/88 (Art. 37, caput e §1º). (Ver Figura 12);

7. Considerando que o Presidente da Câmara Municipal é o dirigente máximo do Órgão, nos termos do disposto no artigo 40¹ da Lei Federal nº 12.527/2011, arrola-se como responsável pela conduta omissiva/comissiva o Sr. **WILLIAN DE SOUZA MARQUES**, Presidente da Câmara Municipal de Palmeirópolis - TO, inscrito no CPF sob o nº. **005.959.441-16**, pois cabia ao gestor adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento efetivo da legislação e implantação do Portal da Transparência cumprindo todos os requisitos exigidos. Ademais, não foi divulgado o nome do agente público diretamente subordinado ao dirigente máximo, responsável por assegurar o cumprimento da legislação, nelas incluídas a implantação e gerenciamento do portal da transparência conforme dispõe o artigo supramencionado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

Palmas, 27 de novembro de 2018.

Alberto Jorge Carvalho Maciel
Técnico de Controle Externo
Mat. 23.349-8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

Papeis de Trabalho – Fiscalização do Portal da Transparência do Município de Palmeirópolis - TO. A consulta ao site ocorreu no dia 27 de novembro de 2018, e as evidências estão apresentadas na forma de figuras, apresentadas ao final.

1. DESPESAS		
Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município	Situação Encontrada	Crítérios
1.1 Consultar as despesas publicadas para verificar se elas foram publicadas em tempo real	Item 1.1 Não atende. Última despesa lançada está datada de 31/10/2018. (Ver figuras 01 e 02).	- LRF (art. 48, II e 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II).
1.2. Consultar as despesas publicadas para verificar se constam na publicação:		
a) número do processo;	Item 1.2. a). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. b). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. c). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. d). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. e). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. f). Atende: (Ver Figuras 01 e 02);	- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea b)
b) o bem fornecido ou o serviço prestado;		- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea f)
c) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;		- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea d)
d) quando for o caso, o procedimento licitatório realizado;		- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea e)
e) data da despesa (A informação deve possibilitar o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real) (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema).		- LRF (art. 48, II e 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

f) Número e valor do empenho;	Item 1.2. f). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. g). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. h). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. i). Atende: (Ver Figuras 01 e 02); Item 1.2. j). Atende: (Ver Figuras 01 e 02);	- LRF (art. 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a); - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art. 8º, §1º, inc. III).
g) Número e valor da liquidação;		- LRF (art. 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a); - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art. 8º, §1º, inc. III).
h) Número e valor do pagamento;		- LRF (art. 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a); - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art. 8º, §1º, inc. III).
i) classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, sub função, natureza da despesa e a fonte de recursos que financiaram o gasto		-LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea c)
j) Unidade Gestora		- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. IV)
Achado		Item 1.1 Não atende. Última despesa lançada está datada de 31/10/2018. Descumprindo a LRF (art. 48, II e 48-A, inc. I); e o Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II). (Ver figuras 01 e 02);
2. RECEITAS		
Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município	Situação Encontrada	Critério



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

2.1 Consultar as receitas publicadas para verificar se: elas foram publicadas em tempo real.	Item 2.1. Não atende. Última transferência recebida e lançada data de 19/10//2018. (Ver figuras 03 e 04);	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II)
2.2 Consultar as receitas publicadas para verificar se constam na publicação:		
a) Data da Posição (possibilita acompanhar a publicação das receitas em tempo real	Item 2.2. a). Atende. (Ver figura 04); Item 2.2. b). Atende. (Ver figura 04); Item 2.2. c). Atende. (Ver figura 04); Item 2.2. d). Atende. (Ver figura 04); Item 2.2. e). Atende. (Ver figura 04); Item 2.2. f). Atende. (Ver figura 04);	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II)
b) Unidade Gestora		- Art.48-A, Inc.II da LRF - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)
c) Natureza da receita		- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)
d) Valor da previsão		- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)
e) Valor do lançamento		-LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea b) - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
f) Valor de arrecadação (Indica o valor da arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários)		- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea
Achado		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

	Item 2.1 Não atende. As receitas não estão sendo lançadas em tempo real a última transferência recebida e lançada data de 19/10//2018. Contrariando a LRF (art. 48-A, inc. II) e o Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II) (Ver figuras 03 e 04);	
3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS		
Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município	Situação	Critérios
3.1 Verificar se consta no Site:		
a) a prestação de contas, acompanhada dos balanços, relatório de gestão contendo as metas físicas previstas e executadas.	Item 3.1 a). Não atende. Nenhuma prestação de contas, acompanhada dos balanços está lançada. (Ver figura 05);	Art. 48 LRF
b) o RGF com seus quadros do último bimestre ou semestre	Item 3.1 b). Não atende, não constam os demonstrativos do RGF como exigido. (Ver figura 06);	Art. 48 LRF
Achado	Item 3.1 a). Não atende. Nenhuma prestação de contas, acompanhada dos balanços está lançada. Contrariando o art. 48 da LRF. (Ver figuras 05); Item 3.1 b). Não atende, não constam os demonstrativos do RGF como exigido. Contrariando o art. 48 da LRF. (Ver figura 06).	
4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS		
Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município	Situação	Critérios
41. Verificar se consta no site:		
a) Informações concernentes a procedimentos licitatórios, no mínimo, o edital, o contrato e os aditivos, a ata de licitação (resultado), atas de registro de preços	Item 4.1 a). Atende. (Ver figuras 07 e 08).	Lei 12.527/2011 (art. 8 § 1º inciso IV)
b) Relações mensais de todas as compras feitas pela administração direta e indireta. (Quando receber o produto. Não abarcou serviço	Item 4.1 b). Não atende. Não há publicação com relação mensal das compras (Ver figura 9).	Lei 8.666/93 (Art. 16)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

Achado	Item 4.1 b). Não atende. Não há publicação com relação mensal das compras, contrariando a Lei 8.666/93 (Art. 16) (Ver figura 09).	
5. SOBRE O SITE ELETRÔNICO		
Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município	Situação	Critérios
5.1 Verificar se:		
a) O domínio segue o padrão “municipio.uf.gov.br”. Sugere-se que quando o portal da transparência remeter o internauta a um endereço que está fora do padrão definido no qual se percebe que os dados estão armazenados em local físico fora do controle da Câmara, seja por falhas na pactuação do serviço com a empresa desenvolvedora do portal ou por outros motivos, atente-se para registrar no relatório o efeito, mesmo que seja potencial, da ocorrência da indisponibilidade da informação e da perda definitiva de dados públicos que podem impedir que a camara cumpra os instrumentos legais que dizem respeito à transparência da informação e causar outros prejuízos ao interesse público.	Item 5.1 a). Atende. (Ver figura 10);	Resolução CGI.br/RES/2008/008/P
b) consta no site Arquivo da Lei nº 12.527/11 - LAI e sua respectiva regulamentação (Deve ser disponibilizado no site o arquivo da lei e de seu regulamento, bem como, exibido em primeira tela o caminho ou fazer referência clara a LAI.)	Item 5.1 b). Atende. (Ver Figura 11);	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I e art. 7º, inc. I)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

c) está divulgado no site informações sobre um local físico onde o cidadão possa requerer informações, com indicação de local, horário de atendimento e telefone. (SIC físico)	Item 5.1 c). Atende. (Ver Figura 11);	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I, art. 7º, inc. I e art. 9º, inc. I)
d) consta no site o e-SIC, link ou banner que direcione para o canal que permita ao cidadão solicitar informação.	Item 5.1 d). Atende. (Ver Figura 11);	Lei nº 12.527/11 (Art. 10, §2º)
e) foram divulgados no site dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades.	Item 5.1 e). Não atende. Não constam dados divulgados sobre acompanhamentos de programas, ações, projetos e obras de órgãos ou entidades. (Ver Figuras 12);	CF/88 (Art. 37, caput e §1º)
f) consta Lista nominal de todos os servidores (efetivos, comissionados e contratados) e suas respectivos cargos/funções e remunerações e vantagens pecuniárias.	Item 5.1 f). Atende. (Ver Figura 13);	CF/88 (Art. 37) Entendimento STF Agravo (ARE) 652777, 23/04/15: “...é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.”
5.2 Verificar se consta no site: a) Acesso livre (Não pode haver exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso. O acesso deve ser livre.)	Item 5.2 a). Atende. (Ver Figura 14);	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º, §2º, Inc. III)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

<p>b) Acessibilidade: Linguagem de fácil e conteúdo de fácil acesso (O sítio deve adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo por todos, independentemente do tipo de usuário, situação ou ferramenta. As informações precisam estar muito bem organizadas para que possam ser rápida e facilmente encontradas pelo cidadão.)</p>	<p>Item 5.2 b). Atende. (Ver Figura 15);</p>	<p>Lei nº 10.098/2000 (art.17) - Decreto nº 5.296/2004 (art. 47) - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º) - LRF (Art. 48, inc. II) - Decreto nº 7.185/10 (Art. 6º, caput e art. 7º, caput)</p> <p>Recomendação 3.11 – Garantir a leitura e compreensão das informações CS 3.1.5 WCAG 2.0 (Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web). Quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o terceiro ciclo do ensino básico após a remoção dos nomes próprios e títulos, está disponível conteúdo suplementar, ou uma versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o terceiro ciclo do ensino básico. (Nível AAA)</p> <p>Recomendação 3.12 – Disponibilizar uma explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns</p> <p>WCAG 2.0 Critérios de Sucesso 3.1.3 e ver WCAG 2.0 Critérios de Sucesso3.1.4</p>
--	---	--



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

c) verificar se o site possibilita a gravação de relatórios completos conforme o filtro realizado, em diversos formatos eletrônicos, legíveis por máquina, inclusive abertos e não proprietários disponíveis de forma estruturada tais como planilhas de modo a facilitar o reuso e o cruzamento das informações.	Item 5.2 c). Atende. (Ver Figura 16);	-Lei nº 12.527/11 (Art. 4º, inc. I e art. 7º, inc. IV) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 6º, inc. I)
d) deve conter indicação de local e instruções que permitam a comunicação eletrônica ou por telefone com o órgão, entidade detentora ou responsável pelo site.	Item 5.2 d). Atende. (Ver Figura 17);	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art.40)
Achado	Item 5.1 e). Não atende. Não constam dados divulgados sobre acompanhamentos de programas, ações, projetos e obras de órgãos ou entidades. Descumprindo assim a CF/88 (Art. 37, caput e §1º). (Ver Figura 12);	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

LISTA DE FIGURAS

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO				
270	4040204	IMPOSTO ALCOOL DE CLASSE A	01/01/2014	01/01/2014	1.400,00	0,00	1.400,00	0,00
274	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPS	01/01/2014	01/01/2014	0,00	0,00	0,00	0,00
276	4040204	IMPOSTO SOBRE FULCR	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
287	4040204	ICMS SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	80,00	0,00	80,00	0,00
273	4040204	ICMS SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	200,00	0,00	200,00	0,00
275	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
278	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
277	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
272	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
279	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
274	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
276	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
271	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
275	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
				Total Geral	000,00	0,00	000,00	0,00

Figura 01

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO				
270	4040204	IMPOSTO ALCOOL DE CLASSE A	01/01/2014	01/01/2014	1.400,00	0,00	1.400,00	0,00
274	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPS	01/01/2014	01/01/2014	0,00	0,00	0,00	0,00
276	4040204	IMPOSTO SOBRE FULCR	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
287	4040204	ICMS SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	80,00	0,00	80,00	0,00
273	4040204	ICMS SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	200,00	0,00	200,00	0,00
275	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
278	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
277	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
272	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
279	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
274	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
276	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
271	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
275	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
278	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
271	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
275	4040204	IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	01/01/2014	01/01/2014	40,00	0,00	40,00	0,00
				Total Geral	000,00	0,00	000,00	0,00

Detalhes

IMPOSTO | **IMPOSTO** | **IMPOSTO** | **IMPOSTO**

Data: 01/01/2014
Rubrica: IMPOSTO SOBRE O FICHA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPS
Organizadora Gestora: T. CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIROPOLIS
Localidade: T. CÂMARA MUNICIPAL
Função: T. CÂMARA MUNICIPAL
Sub Função: T. CÂMARA MUNICIPAL
Programa: T. CÂMARA MUNICIPAL
Atividade: T. CÂMARA MUNICIPAL
Classificação: T. CÂMARA MUNICIPAL
Organização: T. CÂMARA MUNICIPAL
Referencial de Análise: T. CÂMARA MUNICIPAL
Vr. Empenho: 0,00
Vr. Anulação: 0,00
Vr. Total: 0,00
Vr. Cancelado: 0,00
Vr. Anulação: 0,00
Vr. Total: 0,00
Vr. Pagamento: 0,00
Vr. Anulação: 0,00
Vr. Total Pagamento: 0,00
Módulo: T. CÂMARA MUNICIPAL
Estrutura Organizacional: T. CÂMARA MUNICIPAL
Unidade: T. CÂMARA MUNICIPAL
Atividade: T. CÂMARA MUNICIPAL
Processo Licitatório: T. CÂMARA MUNICIPAL

Figura 02



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

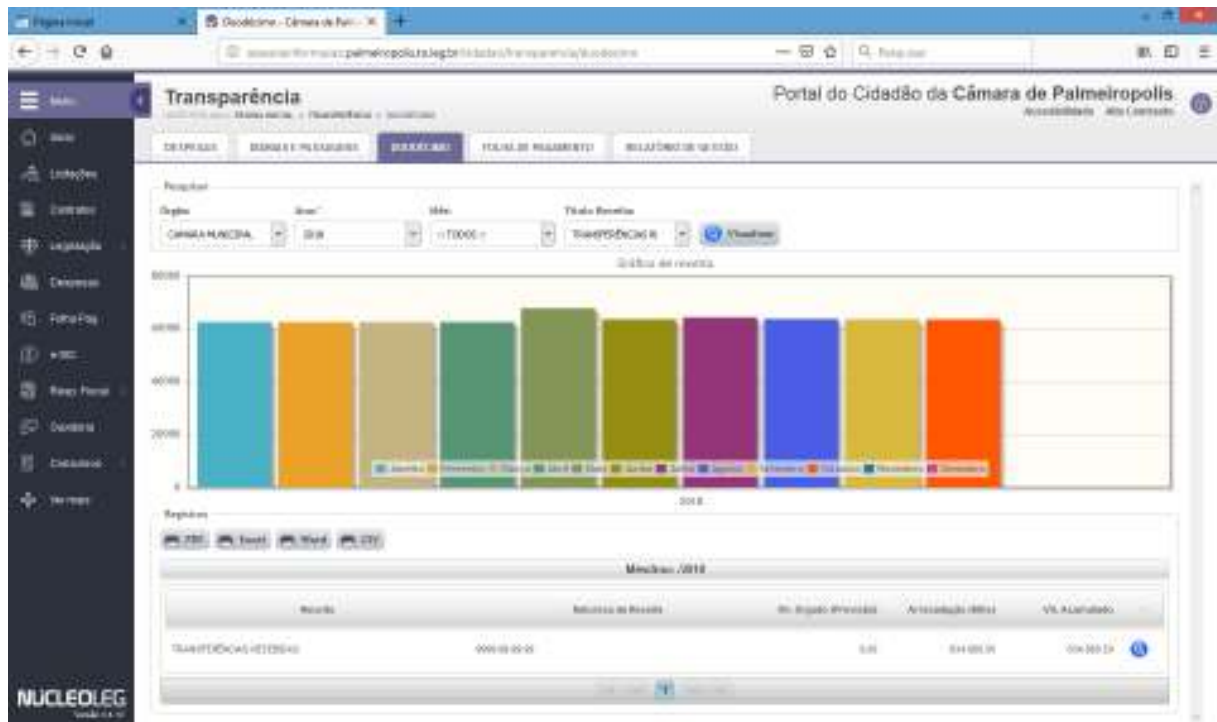


Figura 03

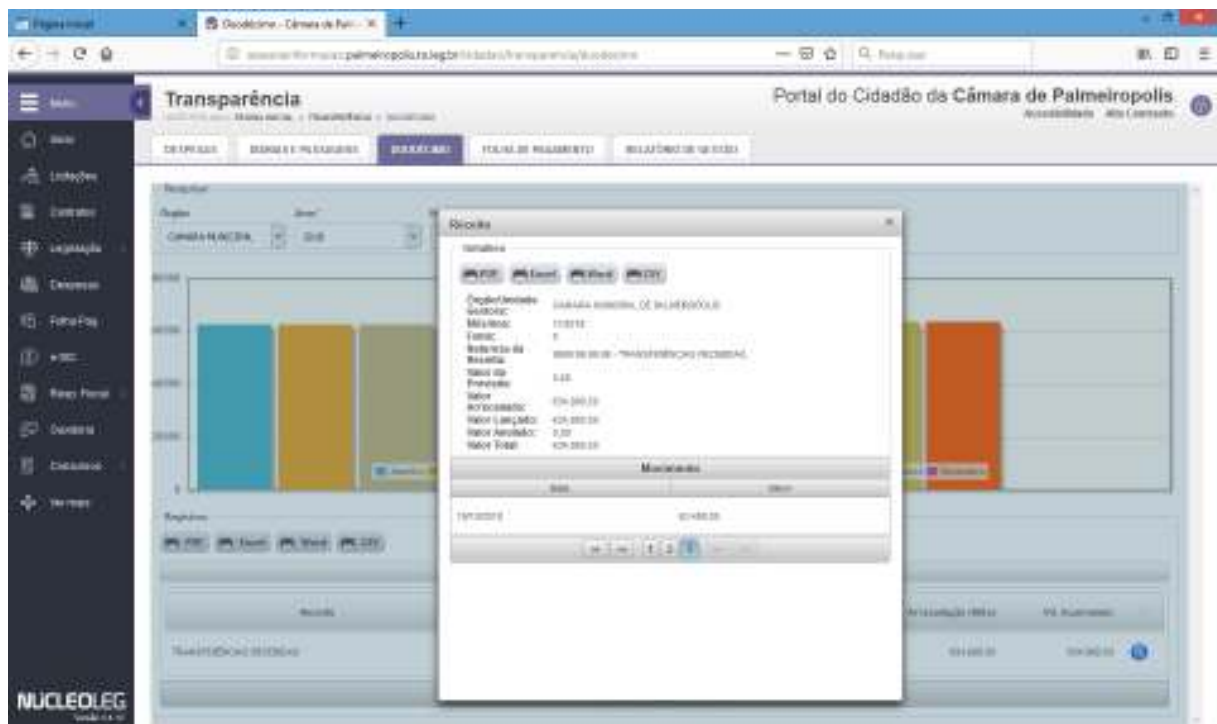


Figura 04



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

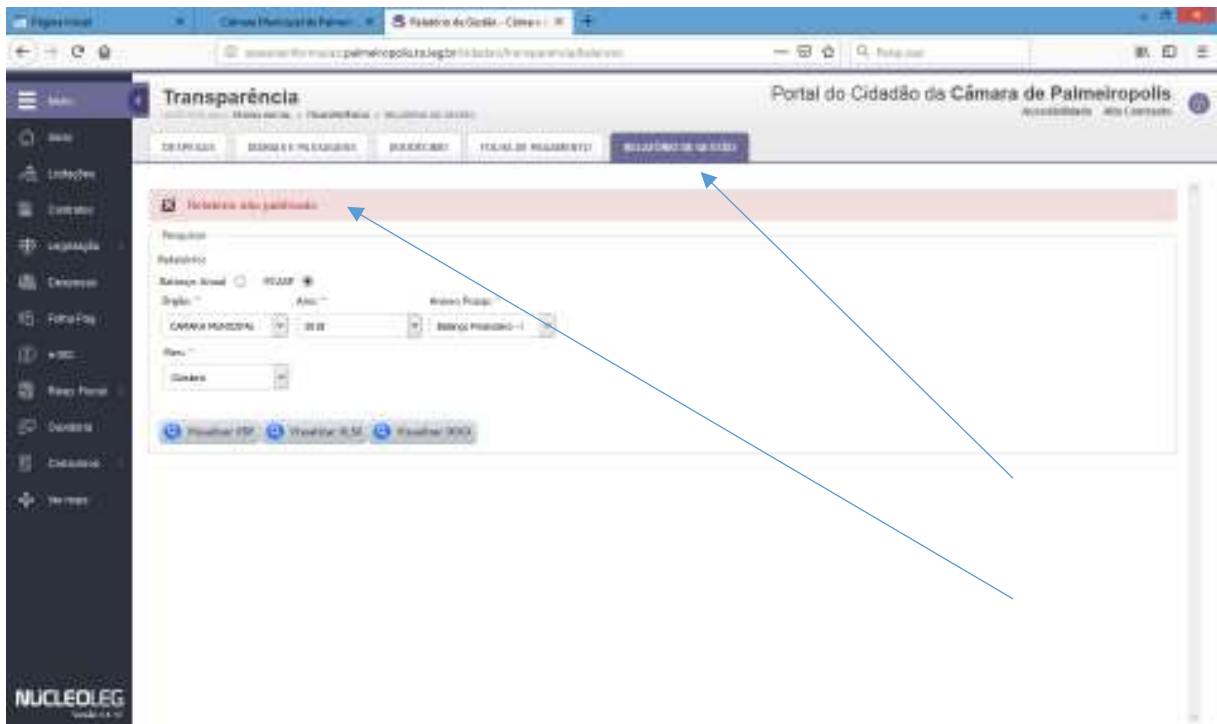


Figura 05

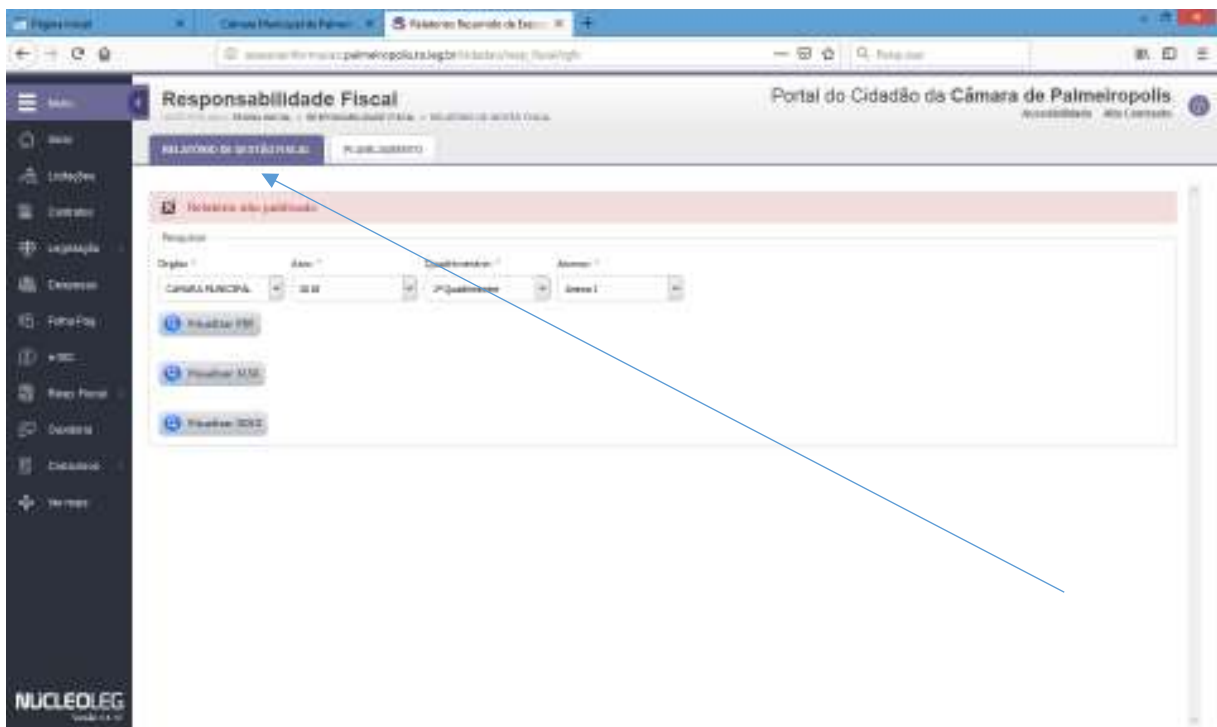


Figura 06



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

The screenshot shows a web portal titled 'Acesso à Informação' for the 'Câmara Municipal de Palmeirópolis'. It features a navigation menu on the left and a main content area with a table of procurement processes. The table has columns for 'Modalidade', 'Número', 'Valor Estimado', 'Data de Publicação', 'Descrição', and 'Situação'. Three rows are visible, detailing different types of procurement such as 'Pregão Presencial' and 'Licitação Exclusiva'.

Modalidade	Número	Valor Estimado	Data de Publicação	Descrição	Situação
Pregão Presencial	0010/2018	R\$ 57.462,00	27/08/2018	PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM	Finalizada
Tomada de preços	0030/2018	R\$ 7.300,00	24/04/2018	LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME DISPOSTO NOS ARTS. 47 E 48 DA LC Nº 123/2006.	Finalizada
Tomada de preços	0010/2018	R\$ 27.000,00	10/01/2018	O OBJETIVO É CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASESORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL E EXECUÇÃO CONTÁBIL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS - TO NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018.	Finalizada

Figura 07

The screenshot shows a PDF document with the following content:

PROCESSO Nº 030/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME DISPOSTO NOS ARTS. 47 E 48 DA LC Nº 123/2006.

SEÇÃO I - DO PREÂMBULO

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS, Estado do Tocantins, através de seu PREGOEIRO, nomeado pelo Decreto nº 38/2018, expedida pelo Gabinete da Presidência, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR INTER**, na data, horário abaixo indicado, para contratação de empresa para fornecimento de veículo Automóvel de Representação 0km, com especificação nos termos do Anexo I do Edital de Licitação, Automóvel" **SEDAN** - capacidade: **05** (cinco) lugares; Potência mínima 1.0 ou acima, 110 (cento e dez) cavalos ou acima; alimentação: "gasolina/álcool" - câmbio automático de 6 (seis) velocidades à frente e 1 (uma) a ré, rodas de liga leve aro de 15 a 17, cuja licitação foi autorizada nos autos do Processo Interno nº 030/2018, a fim de selecionar a

Figura 08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

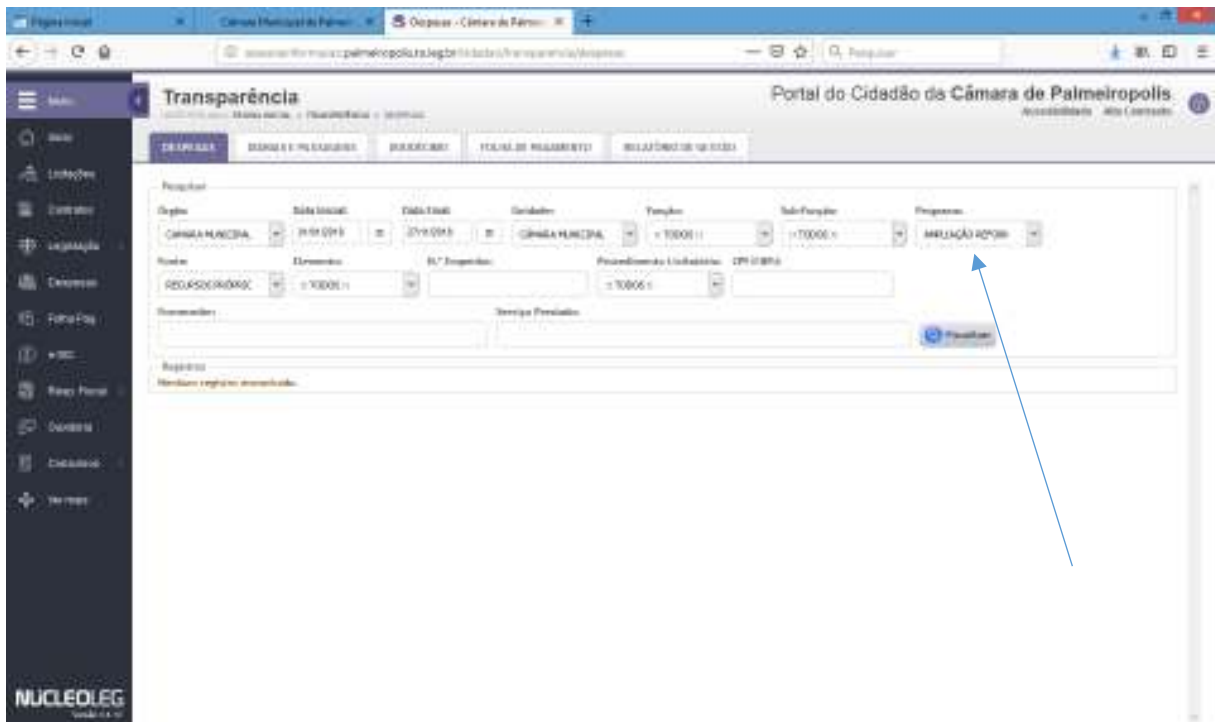


Figura 09

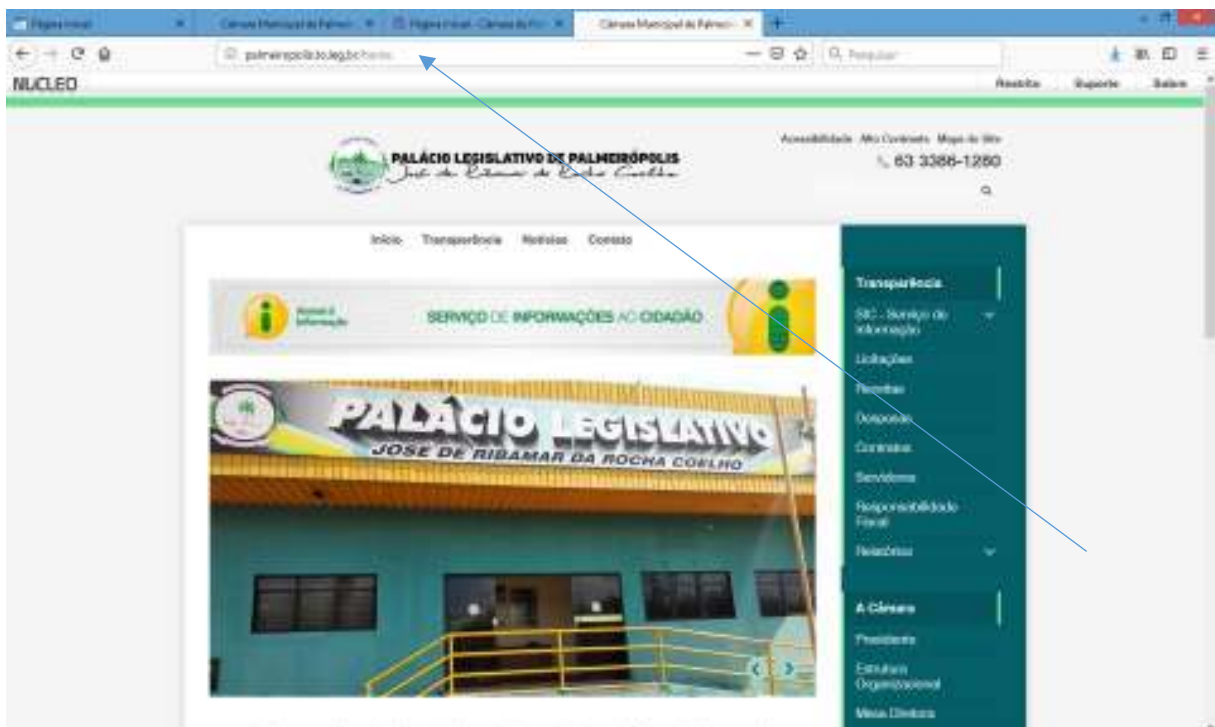


Figura 10



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

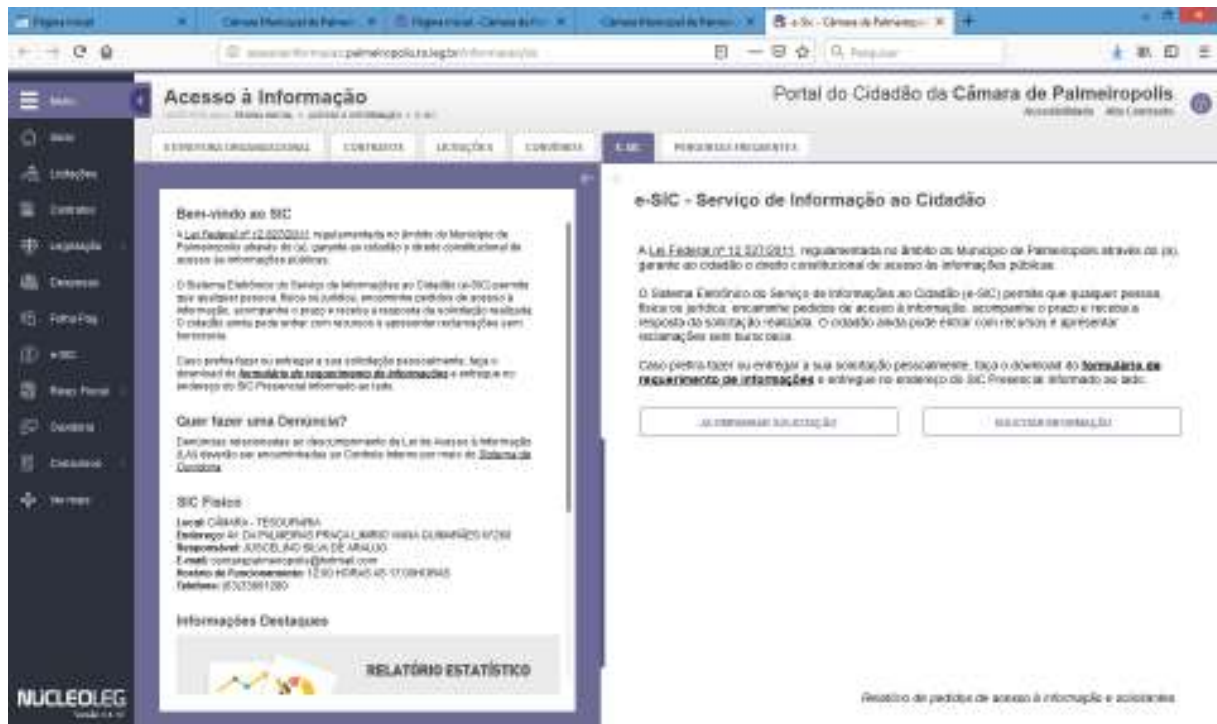


Figura 11

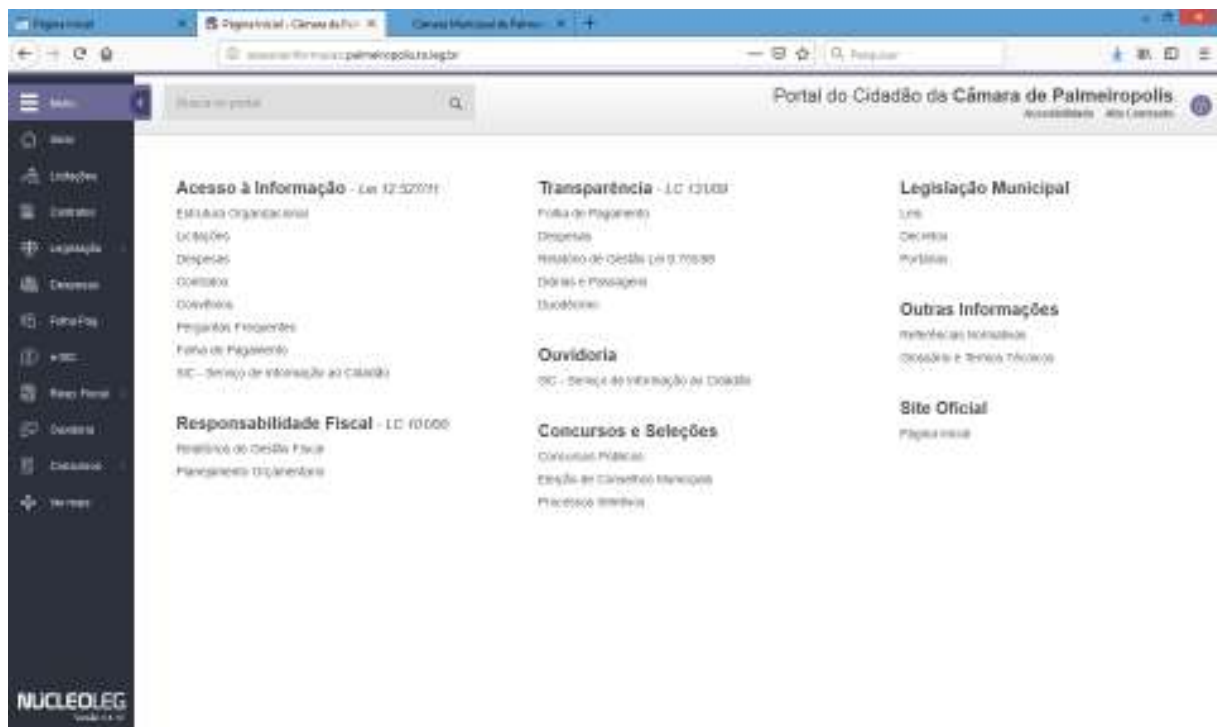


Figura 12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo

The screenshot shows the 'Transparência' portal for the City of Palmeiropolis. It features a search bar at the top with filters for 'Orgão', 'Ano', 'Mês', 'Valor', 'Situação do Serviço', and 'Mês/Ano'. Below the search bar, there is a table with columns for 'Número', 'Nome', 'Cargo', 'R\$ Anualizado', 'R\$ Estimado', 'Tipo de Contratação', and 'Observações'. The table lists several employees with their respective details.

Número	Nome	Cargo	R\$ Anualizado	R\$ Estimado	Tipo de Contratação	Observações
1	ALBERTO CALAZANS FERREIRA	VENDEDOR	2100000	2100000	Contratação por prazo indeterminado	
2	ALDO BARBOSA TELES	ASSISTENTE SOCIAL	2100000	2100000	Admissão por prazo determinado	
24	ALUIZ GABRIEL DE OLIVEIRA	VENDEDOR	2100000	2100000	Admissão por prazo determinado	
3	ANTONIO MARINO NETO SARAIVA	VENDEDOR	2100000	2100000	Contratação por prazo indeterminado	
20	ANTONIO TORRES NETO SARAIVA	VENDEDOR	2100000	2100000	Interligação	
4	ANTONIO LOMAS DE AGUIAR	VENDEDOR	2100000	2100000	Admissão por prazo determinado	

Figura 13



Figura 14



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo



Figura 15

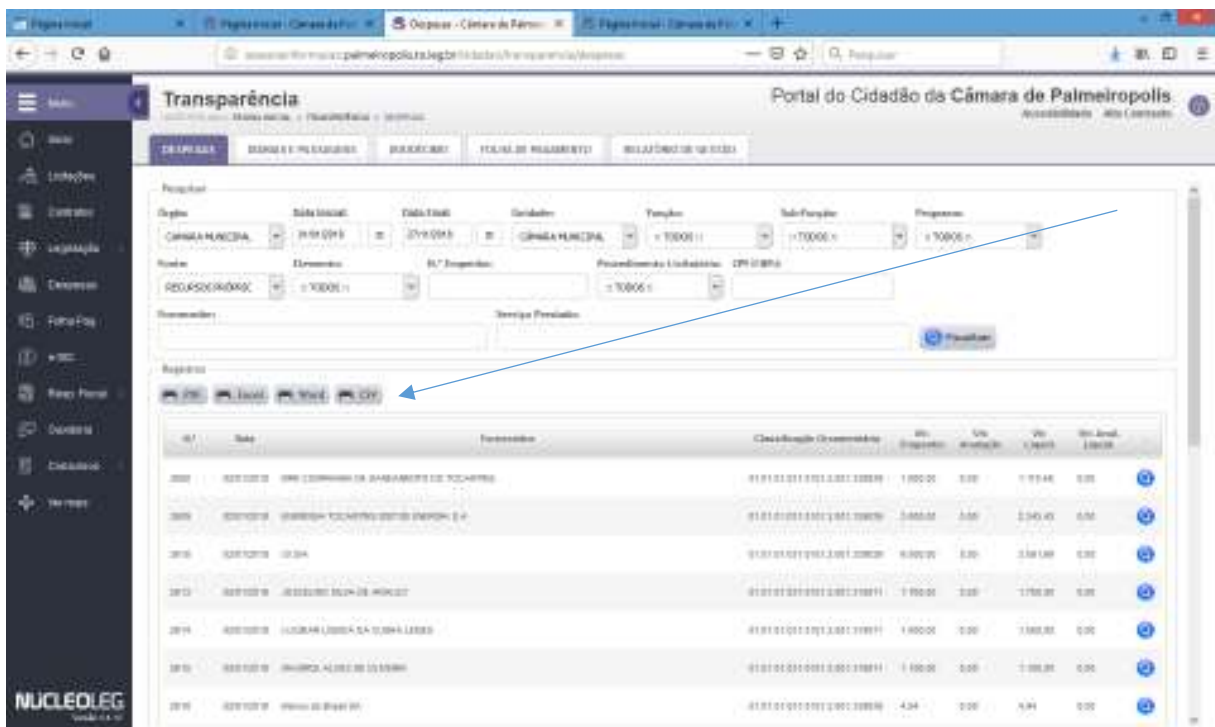


Figura 16



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
4ª Diretoria de Controle Externo



Figura 17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

ALBERTO JORGE CARVALHO MACIEL

Cargo: TECNICO DE CONTROLE EXTERNO - CONTROLE EXTERNO - Matricula: 233498

Código de Autenticação: 2f83fb56649ba6632c6f8cce4aab8961 - 12/12/2018 09:34:09